



**MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU**

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 01.612.911/0001-32

**LEI MUNICIPAL Nº: 1037, de 18 DE DEZEMBRO DE 2018**

**SÚMULA: Altera o art. 99 da Lei 474/2007 de 17/10/2007, e dá outras providências.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ APROVOU E EU SEBASTIÃO ALMIR CALDAS DE CAMPOS, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE ME SÃO CONFERIDAS POR LEI, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** - O art. **94** da Lei nº. **474/2007** de **17 de outubro de 2007**, passa a ter a seguinte redação:

**“Art. 94 – Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, para suprir custo normal e Aporte para Amortização do Déficit Atuarial, do FUNPRI - FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE RESERVA DO IGUAÇU, conforme tabela abaixo”:**

Ano	Ativos	Inativos e Pensionistas	Ente	Ente Mensal
	Custeio Normal	Custeio Normal	Custeio Normal	Aporte Financeiro
2018	11,00%	11,00%	18,08%	1,60%
2019	11,00%	11,00%	18,08%	1,86%
2020	11,00%	11,00%	18,08%	3,00%
2021	11,00%	11,00%	18,08%	5,00%
2022	11,00%	11,00%	18,08%	7,00%
2023	11,00%	11,00%	18,08%	9,00%
2024	11,00%	11,00%	18,08%	11,00%
2025	11,00%	11,00%	18,08%	13,00%
2026 À 2042	11,00%	11,00%	18,08%	14,14%

**§ 1º.** A contribuição dos Inativos e Pensionistas será de 11,00% sobre o valor máximo do RGPS – Regime Geral de Previdência Social.



## **MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU**

**ESTADO DO PARANÁ**

**CNPJ: 01.612.911/0001-32**

**§ 2º.** A incidência do Custeio Normal e Aporte, contribuições do Ente, sobre a Folha Salarial dos Servidores Ativos, inclusive sobre o 13º Salário.

**§ 3º.** No Custeio Normal Ente, não está incluída a Taxa de Administração.

**§ 4º.** Fica facultado ao Município adotar o aporte em % (percentual) ou em valores, conforme o quadro acima, mas sempre obedecendo o prazo remanescente previsto em Legislação Federal. Conforme estabelecido na Nota Técnica nº 633/2011, de 25/07/2011 da Secretaria do Tesouro Nacional e Portaria MPS nº 746/2011, de 27/12/2011.

**§ 5º.** Fica autorizado o Poder Executivo a emitir Decreto, sempre que for realizada a avaliação atuarial anual e houver necessidade de alterar a Contribuição Patronal e o Aporte Financeiro para amortização do déficit atuarial.

**§ 6º** A incidência das alíquotas propostas será sempre no mês de julho ao ano de referência da tabela, até o mês de junho do ano seguinte

**Art. 2º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei 728/2011.

Gabinete do Prefeito do Município de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, em 18 de dezembro de 2018.

**SEBASTIÃO ALMIR CALDAS DE CAMPOS**

**Prefeito Municipal**